



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete do Governador

Autor Poder Executivo
D.O. nº 288 de 15/07/1993

obs: corrigida
errata Don: 2921
15/12/93

LEI COMPLEMENTAR Nº 081 , DE 12 DE JULHO DE 1993.

Altera, acrescenta, revoga e dá nova redação a dispositivos das Leis Complementares nºs 67 e 68, de 09 de dezembro de 1992, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar,

Art. 1º - As Tabelas Salariais do Anexo IV à Lei Complementar nº 67, de 09 de dezembro de 1992, alterada pela Lei Complementar nº 78, de 25 de maio de 1993, que contém os vencimentos básicos, gratificações de representação e funções gratificadas dos servidores públicos estaduais, civis e militares da administração direta, autarquias e fundações, passam a vigorar, a partir de 1º de junho de 1993, com a estrutura e os valores expressos no Anexo Único que integra esta Lei Complementar.

Art. 2º - O artigo 41 da Lei Complementar nº 67, de 09 de dezembro de 1992 passa a vigorar com a seguinte redação:

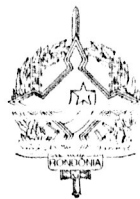
"Art. 41 - A Gratificação de Apoio à Saúde é devida aos ocupantes dos cargos relacionados no Anexo VII desta Lei Complementar, lotados e em efetivo exercício nas Unidades Hospitalares, Laboratórios, Unidades Mistas, Unidades Setoriais e Órgãos de Execução Programática da Estrutura Básica da Secretaria de Estado da Saúde e Comunidade Jaime Aben Athar nos seguintes percentuais:

- I - 60% (sessenta por cento) aos para-médicos;
- II - 50% (cinquenta por cento) aos médicos;
- III - 40% (quarenta por cento) aos demais cargos.

gos.

Parágrafo único - Ficam incluídos no Anexo VII

os cargos de Assistente Social ANS-307, Psi



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Casa Civil

02.

Art. 3º - Fica concedido aos ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores do Poder Executivo, discriminados na Tabela IV do Anexo IV à Lei Complementar nº 67, de 09 de dezembro de 1992, a "Gratificação de Representação" prevista na Lei Complementar nº 53, de 20 de dezembro de 1991.

Art. 4º - O Parágrafo único do art.56 da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único - A jornada de trabalho dos ocupantes de cargos de provimento efetivo, mencionada no "caput" deste artigo poderá, atendido aos critérios da conveniência e oportunidade, ser reduzida de 40 para 20 horas semanais, a pedido do funcionário e com a conseqüente redução proporcional da sua remuneração".

Art. 5º - Fica revogado o § 1º do art.128 da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992.

Art. 6º - V E T A D O.

§ 1º - Ficam vedados quaisquer aumentos salariais automáticos ou vantagens sem a expressa previsão legal.

§ 2º - V E T A D O.

§ 3º - V E T A D O.

Art. 7º - A revisão dos proventos de aposentadoria e pensões far-se-á na forma dos artigos 24 e 30, da Lei Complementar nº 67, de 09 de dezembro de 1992.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder reajuste salarial no mês de julho de 1993.

Art. 9º - Aplica-se, no que couber, os benefícios desta Lei Complementar, aos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Casa Civil

03.

Art.10 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 1993.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 12 de julho de 1993, 105º da República.

Assinatura manuscrita do Governador Oswaldo Piana Filho.

OSWALDO PIANA FILHO
Governador



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Autor *Poder Executivo*
D.O. nº 2818 de 15/07/1993

Veto
Publicado no
D.O. de 02/11/93
Nº 2891
Enata D.O. 2921
de 15/12/93

Lei Complementar nº 81, de 12 de junho de 1993.

Partes vetadas pelo Governador do Estado e mantidas ao texto pela Assembléia Legislativa, do Projeto que se transformou na Lei Complementar nº 81, de 12 de julho de 1993, que "Altera, acrescenta, revoga e dá nova redação a dispositivos das Leis Complementares nºs 67 e 68 de 09 de dezembro de 1992, e dá outras providências", na parte referente ao artigo 6º, "caput" e §§ 2º e 3º:

"Art. 6º - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para efeitos de remuneração de pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e os membros do Tribunal de Contas e do Ministério Público, bem como o funcionalismo da Administração Direta e Indireta, ressalvado o Art. 39, § 1º da Constituição Federal, nos termos do Art. 37, incisos X, XI, XII e XIII da Constituição Federal e art. 20, § 1º da Constituição Estadual.

§ 1º -

§ 2º - As tabelas de vencimento do funcionalismo público estadual, respeitado o princípio isonômico previsto nos artigos 39, § 1º, 135 e 241 da Constituição Federal, serão fixadas em valores nominais, sem vinculações e equiparações, ficando vedados escalonamentos em percentuais ou qualquer outro índice ou coeficiente de referência.

§ 3º - A remuneração dos Cargos de Provimento em Comissão, dos Poderes do Estado e Membros do Ministério Público e Tribunal de Contas terão isonomia de vencimentos, vedada a vinculação, e não poderão, nos termos do Art. 37, inciso XII da Constituição Federal, ter remuneração superior à do Poder Executivo, ressalvadas as vantagens de caráter individual."

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 04 de outubro de 1993.

